DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 2722/2018

PROCESSO TC/MS	: TC/5503/2017
PROTOCOLO	: 1799119
ÓRGÃO	: SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO/MS
RESPONSÁVEL	: CARLOS ALBERTO DE ASSIS
CARGO DO RESPONSÁVEL	: SECRETÁRIO DE ESTADO
ASSUNTO	: ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 42/2017
EMPRESAS ADJUDICADAS	: AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA E OUTRAS.
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	: PREGÃO ELETRÔNICO N. 233/2016
OBJETO	: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS.
RELATOR	: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. TERMO ADITIVO. ATOS LEGAIS E REGULARES. RECOMENDAÇÃO.

DO RELATÓRIO

Tratam os autos da apreciação do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico n. 233/2016 (1ª fase), da formalização da Ata de Registro de Preços n. 42/2017 (1ª fase) e do Termo Aditivo n. 1 (3ª fase), celebrada entre o Estado de Mato Grosso do Sul/MS, por intermédio da Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização de MS – SAD/MS, e as empresas adjudicadas: Aglon Comércio e Representações Ltda; BSB Comércio de Produtos Hospitalares S.A; Cientifica Médica Hospitalar Ltda; Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda; Cristal Pharma Ltda; Costa Camargo Comercio de Produtos Hospitalares Ltda; D-Hosp - Distribuidora Hospitalar, Importação e Exportação Ltda; Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda; Medcomerce Comercial de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda; Profarma Specialty S/A e Vix Comércio De Produtos Farmacêuticos E Hospitalares Eireli EPP, constando como responsável o Sr. Carlos Alberto de Assis, secretário de estado.

A licitação tem por objetivo o registro de preços para a aquisição de medicamentos, conforme os valores unitários registrados na cláusula segunda da ata de registro de preços.

A 4ª Inspetoria de Controle Externo (4ª ICE) realizou a Análise ANA n. 15694/2017, entendendo pela legalidade e regularidade do procedimento licitatório, da formalização da ata de registro de preços e do Termo Aditivo n. 1.

Ato contínuo, o Ministério Público de Contas (MPC) emitiu o Parecer PAR – 3ª PRC – n. 4589/2018, opinando pela ilegalidade e irregularidade dos atos praticados, sugerindo, ainda, a aplicação de multa ao responsável, em razão da ausência da indicação da quantidade estimada e do valor global do objeto.

DA DECISÃO

Compulsando os autos, nota-se que a pesquisa de mercado apresenta a indicação da quantidade estimada e do valor global do objeto conforme a peça 3, de modo que os preços são fixados por órgão competente, tendo como referência a Resolução da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED.

Contudo, recomendo ao responsável pelo certame para que enuncie na Ata de Registro de Preços a indicação da quantidade estimada e do valor global do objeto para as futuras contratações, em atenção aos comandos do art. 16, I, “b” e “c”, do Decreto n. 14.506/2016, c/c o art. 3º da Lei n. 8.666/93.

Registre-se que fora juntada aos autos toda a documentação obrigatória acerca do procedimento licitatório: 1ª fase, com fulcro na Resolução TCE/MS n. 54/2016, c/c o art. 120, I, “a”, do Regimento Interno desta Corte de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013, e a documentação relativa à formalização da ata (1ª fase), conforme preconizam o art. 60 e seguintes da Lei das Licitações e dos Contratos.

A ata de registro de preços atendeu às exigências do art. 55 e do art. 61, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93.

O Termo Aditivo n. 1 da Ata de Registro de Preços n. 42/2017 está em conformidade com a Resolução TCE/MS n. 54/2016.

A documentação obrigatória foi protocolada tempestivamente nesta Corte de Contas, atendendo ao prazo estabelecido pela Resolução TCE/MS n. 54/2016.

Assim, acolho o entendimento da 4ª ICE, divirjo do parecer ministerial, e **DECIDO**:

1. pela **legalidade e regularidade** do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico n. 233/2016 (1ª fase), celebrado entre o Estado de Mato Grosso do Sul/MS, por intermédio da Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização de MS – SAD/MS, e as empresas adjudicadas: Aglon Comércio e Representações Ltda; BSB Comércio de Produtos Hospitalares S.A; Cientifica Médica Hospitalar Ltda; Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda; Cristal Pharma Ltda; Costa Camargo Comercio de Produtos Hospitalares Ltda; D-Hosp - Distribuidora Hospitalar,

Importação e Exportação Ltda; Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda; Medcomerce Comercial de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda; Profarma Specialty S/A e Vix Comércio De Produtos Farmacêuticos E Hospitalares Eireli EPP, constando como responsável o Sr. Carlos Alberto de Assis, secretário de estado, com fulcro no art. 59, I, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, c/c o art. 120, I, "a", do RITC/MS;

2. pela **legalidade e regularidade** da formalização da Ata de Registro de Preços n. 42/2017 (1ª fase), consoante dispõe o art. 59, I, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 120, I, "a", segunda parte, do RITC/MS;

3. pela **legalidade e regularidade** do Termo Aditivo n.1 (3ª fase), consoante dispõe o art. 59, I, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 120, § 4º, do RITC/MS;

4. pela **recomendação** ao responsável pelo órgão, Sr. Carlos Alberto de Assis, secretário de estado de administração/MS, para que enuncie na Ata de Registro de Preços a indicação da quantidade estimada e do valor global do objeto para as futuras contratações, em atenção aos comandos do art. 16, I, "b" e "c", do Decreto n. 14.506/2016, c/c o art. 3º da Lei n. 8.666/93;

5. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, com fulcro no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 23 de março de 2018.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
Relator

dncs